

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos e, por meio de sua controlada Real Empreendimentos S.A., na administração de imóveis e no comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia foi autorizada pela Administração, em 12 de março de 2012.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não ser aplicável para a empresa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 43 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo (Deemed Cost), menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxa anual de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

g) Imposto de Renda e contribuição social

Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

h) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

i) Provisões para Contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 9, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos.

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores na Real Empreendimentos S.A. estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

k) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. **GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As operações da Companhia e sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo está completamente atrelado a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento é de 43 dias e a perda histórica mensurada é de 0,07% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 550/08, a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado. (impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativos				
Aplicações financeiras	4.447	3.945	4.447	3.945
Contas a receber de clientes	10.348	5.072	10.348	5.072
	14.795	9.017	14.795	9.017
Empréstimos e financiamentos	30.444	6.628	30.444	6.628
	30.444	6.628	30.444	6.628
Exposição ativa/(passiva) líquida	(15.649)	2.389	(15.649)	2.389

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 2.770/00 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

	Linha	Contratação	Valor	custo		Indexador	31/12/11	Vencimento
1	2770	07/11/11	R\$1.169	119,00%	Passivo	CDI	R\$1.191	01/11/12
	Swap	07/11/11	USD 670	2,90%	Ativo	US\$		
2	4131	22/09/11	R\$10.960	123,50%	passivo	US\$	R\$11.347	16/09/13
	swap	22/09/11	USD 5.850	3,20%	ativo	CDI		
							R\$ 12.538	

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2011

Risco: alta do CDI CDI Dez/2011: 11% a.a.

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários*		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 11,00% CDI aa	> 25% 13,75% CDI AA	> 50% 16,50% CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31/12/11	R\$12.538	diversos	CDI	diversos	R\$15.478	R\$16.254	R\$17.045
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato **					R\$0	R\$775	R\$1.567

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º, § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Clientes Nacionais	125.110	93.104	130.992	97.599
Clientes no Exterior	10.348	5.072	10.348	5.072
Provisão para credito de liquidação duvidosa	(890)	(720)	(2.544)	(2.374)
Total	134.568	97.456	138.796	100.297

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Adiantamentos fornecedores de arroz	65.890	45.885	65.890	45.885
Adiantamentos fornecedores diversos	11.364	11.962	11.364	11.962
Total	77.254	57.847	77.254	57.847

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Produtos acabados/semi-elaborados	45.201	44.823	45.201	44.823
Mercadorias para revenda	24	310	24	310
Matéria-primas	53.052	37.348	53.052	37.348
Produtos com terceiros	2.790	767	2.790	767
Outros	5.728	5.393	40.719	6.849
Total	106.795	88.641	141.786	90.097

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO CIRCULANTE				
INSS	433	-	433	-
PIS	5.450	5.172	5.499	5.219
COFINS	29.988	28.869	29.988	28.868
ICMS	3.833	7.011	3.833	7.011
Imposto de renda retido na fonte	546	472	777	686
Saldo do Refis	-	-	1.950	1.914
Saldo negativo CSLL	77	26	100	26
Saldo negativo IRPJ	2.264	4.161	2.267	4.207
Soma	42.591	45.711	44.847	47.931
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ADIR estadual	229	229	229	229
PIS COFINS e ICMS s/ imobilizado	1.152	1.649	1.152	1.649
PIS e COFINS	2.122	-	2.122	-
Soma	3.503	1.878	3.503	1.878
Imposto de renda e C. social diferidos	687	687	1.055	687
Soma	4.190	2.565	4.558	2.565

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, os quais são substancialmente compensados com outros tributos federais.

Os demais saldos serão compensados nas operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações sobre as controladas

	31.12.2011		31.12.2010	
	Real	Josapar	Real	Josapar
	Empreendimentos S.A.	International	Empreendimentos S.A.	International
Número de ações possuídas	185.692	50	185.692	50
Participação no capital - %	54,72	100	54,72	100
Capital social	49.500	94	49.500	83
Patrimônio líquido	246.481	118	248.926	109
Lucro líquido do exercício	7.946	(4)	3.621	(6)
Juros s/ capital próprio distribuídos	4.000	-	4.000	-

b) Movimentação dos investimentos

	REAL	Josapar	TOTAL
	Empreendimentos S.A.	Internacional	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	136.021	119	136.140
Efeito variação cambial	-	(6)	(6)
Realização de reservas	415	-	415
Equivalência patrimonial	(207)	(6)	(213)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	136.229	107	136.336
Efeito variação cambial	-	15	15
Realização de reservas	(3.492)	-	(3.492)
Equivalência patrimonial	2.160	(4)	2.156
Saldo em 31 de dezembro de 2011	134.897	118	135.015

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

CONTROLADORA

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2009	24.442	92.060	291	52.821	11.216	11.463	192.293
Adições	-	-	8	418	28.071	948	29.445
Baixas	-	-	(83)	(2.745)	(6.847)	(348)	(10.023)
Baixa depreciação	-	-	49	.515	-	6	570
Transferências	1.610	-	-	12.335	(17.088)	3.106	(37)
Custo empréstimos	-	-	-	-	1.233	-	1.233
Depreciação	-	(2.168)	(45)	(3.674)	-	(1.507)	(7.394)
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	26.052	89.892	220	59.670	16.585	13.668	206.087
Adições	2.240	-	138	5.415	8.243	237	16.273
Baixas	(471)	(288)	(116)	(8.588)	(837)	(228)	(10.528)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(3)	(1.848)	-	(258)	(2.109)
Baixa depreciação	-	64	40	1.478	-	47	1.629
Transferências	(1.610)	12.397	3	6.756	(18.369)	661	(162)
Depreciação	-	(2.325)	(34)	(4.594)	-	(1.483)	(8.436)
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	26.211	99.740	248	58.289	5.622	12.644	202.754

CONSOLIDADO

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2009	204.432	218.315	745	53.350	12.116	11.485	500.443
Adições	-	-	13	429	28.100	958	29.500
Baixas	-	-	(83)	(2.745)	(6.847)	(348)	(10.023)
Baixa depreciação	-	-	49	515	-	6	570
Transferências	1.610	15	-	12.341	(17.108)	3.107	(35)
Custo empréstimos	-	-	-	-	1.233	-	1.233
Depreciação	-	(4.745)	(127)	(3.721)	-	(1.515)	(10.108)
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	206.042	213.585	597	60.169	17.494	13.693	511.580
Adições	2.240	-	636	5.415	8.535	771	17.597
Baixas	(3.219)	(10.465)	(586)	(8.588)	(958)	(228)	(24.044)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(3)	(1.848)	-	(258)	(2.109)
Baixa depreciação	-	596	428	1.478	-	47	2.549
Transferência p/ estoque controlada	(33.535)	-	-	-	-	-	(33.535)
Transferências	(1.610)	12.422	(22)	6.756	(18.369)	661	(162)
Depreciação	-	(4.745)	(125)	(4.608)	-	(1.533)	(11.011)
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	169.918	211.393	925	58.774	6.702	13.153	460.865

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor Residual em 31 de Dezembro de 2009	1.613	618	2.232	1.623	618	2.242
Adições	-	-	-	25	-	25
Transferências	-	36	36	-	36	36
Depreciação	-	(296)	(296)	-	(296)	(296)
Valor Residual em 31 de Dezembro de 2010	1.613	358	1.971	1.648	358	2.006
Adições	-	8	8	-	9	9
Transferências	-	162	162	-	162	162
Depreciação	-	(331)	(331)	-	(331)	(331)
Valor Residual em 31 de Dezembro de 2011	1.613	197	1.810	1.648	198	1.846

As taxas de depreciação calculadas pelo método linear foram ajustadas de acordo com a nova vida útil de cada bem:

Imóveis prédios	2,8% aa
Veículos	20 % aa
Veículos industriais	10% aa
Máquinas e Equipamentos Nacionais e Importados	6% e 7% aa
Móveis e utensílios	10% aa
Instalações e Benfeitorias	10% aa
Sistemas e Equipamentos e Informática	33% aa

Em 31 de dezembro a companhia registra ativo imobilizado de reserva de reavaliação sobre terrenos no valor de R\$4.098, que foi objeto de capitalização em exercícios anteriores.

A realização da reserva de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2011 foi de R\$924 (2010 – R\$1.194) e consolidado: 31.12.2011 – R\$ 10.554 (2010 – R\$ 2.663). As provisões para Imposto de Renda e contribuição social foram constituídas sobre a reserva de reavaliação de ativos próprios, de acordo com as alíquotas vigentes.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2011 é de R\$165 (R\$238-2010), a amortização no exercício foi de R\$73, calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda Interna				
Financiamento para Investimentos	9.931	10.225	10.103	10.225
Crédito Rural-EGF	29.014	30.410	29.014	30.410
Capital de Giro	154.701	136.300	154.701	136.361
Capital de Giro-PROCER	-	27.629	-	27.629
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	128	-
Total	193.646	204.564	193.946	204.625
Moeda estrangeira				
Financiamento para Investimentos	8.194	6.628	8.194	6.628
Capital de Giro-FINIMP	22.250	-	22.250	-
Total	30.444	6.628	30.444	6.628
TOTAL CIRCULANTE	224.090	211.192	224.390	211.253
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Moeda interna				
Financiamento para Investimentos	25.607	32.405	25.722	32.405
Capital de Giro	94.227	80.875	94.227	80.875
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	277	-
Total	119.834	113.280	120.226	113.280
TOTAL NÃO CIRCULANTE	119.834	113.280	120.226	113.280
Vencimentos de Longo Prazo				
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	67.017	-	67.017
2013	71.372	18.513	71.615	18.513
2014	26.783	15.497	26.910	15.497
2015	16.675	9.190	16.697	9.190
2016	3.965	3.063	3.965	3.063
2017	287	-	287	-
2018	287	-	287	-
2019	287	-	287	-
2020	89	-	89	-
2021	89	-	89	-
Total	119.834	113.280	120.226	113.280
	Indexador	Taxa		
Investimentos em moeda nacional	pré-fixado	6,81%	aa	
Investimentos em moeda nacional	TJLP	2,21%	aa	
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32%	aa	
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,80%	aa	
Investimentos em moeda estrangeira	Variação cambial US\$	13,00%	aa	
Capital de Giro-FINIMP	Variação cambial US\$	3,90%	aa	
Crédito Rural-EGF	pré-fixado	6,75%	aa	
Capital de Giro	CDI	1,45%	aa	

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 4,5% a.a. e 8,70% a.a.. Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 6,75%a.a.. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os empréstimos em dólar norte americano no passivo circulante são equivalentes a US\$11.861 mil e estão representados por financiamentos de importação - cujos encargos incluem variação cambial do dólar norte americano acrescida de spread bancário; e à provisão para discussão judicial com a IFC, cujo valor divergente remanescente em 31.12.2011 é de R\$8.194 (31.12.2010 R\$6.628) está contabilmente provisionado

12. **SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Real Empreendimentos S.A.				
Realizável a longo prazo	450	194	-	-
Receita financeira	2.197	2.197	-	-
Outras				
Realizável a longo prazo	13.308	9.994	14.403	10.856
Exigível a longo prazo	-	(3.524)	-	(3.524)

Os saldos do exigível a longo prazo referem-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros conforme a variação da TJLP.

As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

13. **OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS - NÃO CIRCULANTE**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
IR e CS sobre ajuste avaliação patrimonial e depreciação acelerada incentivada	1.440	1.529	2.486	2.658
IRPJ e CSLL Diferido(*)	490	-	490	-
REFIS	13.881	10.457	13.881	10.177
	<u>15.811</u>	<u>11.986</u>	<u>16.857</u>	<u>12.835</u>

As provisões para Imposto de Renda e contribuição social sobre reavaliações, ajuste de avaliação patrimonial e Imposto de Renda sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) Vide nota 14.b

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo realizável a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Contribuição social diferida	182	182	279	182
Imposto de renda diferido	505	505	776	505
	<u>687</u>	<u>687</u>	<u>1.055</u>	<u>687</u>

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo exigível a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Contribuição social diferida	130	-	130	-
Imposto de renda diferido	360	-	360	-
	<u>490</u>	<u>-</u>	<u>490</u>	<u>-</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Corrente				
Contribuição social	(4.521)	(1.736)	(5.513)	(2.292)
Imposto de Renda	(12.330)	(4.942)	(15.045)	(6.442)
	<u>(16.851)</u>	<u>(6.678)</u>	<u>(20.558)</u>	<u>(8.734)</u>
Diferido				
Contribuição social	(130)	(132)	(32)	(132)
Imposto de Renda	(360)	(309)	(90)	(309)
	<u>(490)</u>	<u>(441)</u>	<u>(122)</u>	<u>(441)</u>
	<u>(17.341)</u>	<u>(7.119)</u>	<u>(20.680)</u>	<u>(9.175)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Resultado antes da CSSL e do IRPJ	36.031	19.274	42.958	22.966
Eliminações/ajustes efeito Controlada	-	-	4.358	1.985
	<u>36.031</u>	<u>19.274</u>	<u>47.316</u>	<u>24.951</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CS – 9%)	(12.250)	(6.553)	(16.088)	(8.483)
Exclusões (adições) permanentes	(577)	427	(127)	(1.090)
Exclusões (adições) temporárias	(4.859)	(933)	(4.859)	(933)
Outros	345	(60)	394	1.331
	<u>(17.341)</u>	<u>(7.119)</u>	<u>(20.680)</u>	<u>(9.175)</u>

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM nº. 371/02, os quais possuem previsão de realização de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da Assembléia:

	31.12.2011	31.12.2010
Lucro líquido do exercício	18.690	12.155
Reserva legal	(934)	(608)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	17.756	11.547
Dividendos propostos - 30%	<u>5.327</u>	<u>3.464</u>

Os dividendos propostos correspondem a R\$502,74 (R\$326,95-2010) por lote de mil ações ordinárias e R\$553,02(R\$359,65-2010) por lote de mil ações preferenciais.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Gastos por função				
Custos dos Produtos	(498.483)	(501.719)	(500.903)	(503.966)
Despesas c/Vendas	(120.970)	(99.109)	(121.044)	(99.109)
Despesas Gerais Administrativas	(48.059)	(36.181)	(58.357)	(47.669)
Outras Receitas	4.141	229	6.705	(463)
	<u>(663.371)</u>	<u>(636.780)</u>	<u>(673.599)</u>	<u>(651.207)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Gastos por natureza				
Depreciações e Amortizações	(8.840)	(7.690)	(11.415)	(10.404)
Despesas c/Pessoal	(43.936)	(38.853)	(49.426)	(43.601)
Matérias Primas e Materiais	(385.058)	(473.353)	(385.524)	(473.529)
Frete	(77.619)	(61.709)	(77.621)	(61.714)
Outras	(147.918)	(55.175)	(149.613)	(61.959)
	<u>(663.371)</u>	<u>(636.780)</u>	<u>(673.599)</u>	<u>(651.207)</u>

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

COBERTURA	TIPO DE COBERTURA	RAMO	TOTAL MR\$	VIGÊNCIA
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	100.000	Junho 2012
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2012
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2012
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2012
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Agosto 2012
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2012

18. PLANO DE READEQUAÇÃO FISCAL

Em 2009 a empresa aderiu ao programa Refis IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontram-se em discussão até esta data.

A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03, apresentado no passivo circulante, no novo parcelamento, cujo montante é de R\$343 (2011 e 2010), em virtude de restar pendências de conciliação neste programa, por parte da RFB, causando discrepâncias de valores que uma vez conciliados resultariam na liquidação integral daquele programa, restando, inclusive, um saldo credor em dezembro de 2011 de R\$1.741 a ser levantado, oriundo de pagamentos a maior.

O Refis IV (Refis da Crise), apesar de ter seu prazo de consolidação encerrado em 30 de junho de 2011, ainda guardam algumas pendências que serão decididas em processos administrativos ou judiciais, conforme as características de cada empresa e as composições e particularidades de cada modalidade aderida. No caso da Josapar, não foi possível consolidar os débitos pretendidos liquidar com saldos de depósitos judiciais, em virtude da ausência desta possibilidade nos dispositivos informatizados disponibilizados no sítio da RFB. Por este motivo, adotando posição conservadora, a empresa optou por consolidar todos os seus débitos na modalidade de parcelamento em 180 meses, incluídos os pretendidos liquidar a vista, com saldos de depósitos judiciais e com créditos de prejuízos fiscais, ou de bases negativas da contribuição social. Tempestivamente encaminhou processos administrativos paralelos para ver reconhecidos tais valores pagos a vista, seus créditos oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, bem como os saldos remanescentes de depósitos judiciais vinculados a processos inclusos neste programa. Após concluída a consolidação do Refis IV da Josapar, nos moldes como descrito acima, sua composição em 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$34.340, (R\$21.621 – em 31 de dezembro de 2010), já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante do parcelamento é de R\$15.080 (R\$12.579 em 31 de dezembro de 2010) e esta sendo apresentado R\$1.199 passivo circulante, e R\$13.881, não circulante.

Composição do Refis-Lei 11.941/2009 em 31 de dezembro de 2011:

Tributos	Valor líquido após benefícios da lei 11.941	Liquidados com Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos Fiscais	Liquidados com Depósitos Judiciais	Pagamento à vista RFB PGFN INSS	Valor Parcelado em 31.12.2011
PIS-RFB	2.741	(2)	-	(6)	2.733
COFINS-RFB	11.570	(2.195)	-	(5.585)	3.790
IRPJ-RFB	2.703	(1)	-	(5)	2.697
CSLL-RFB	2.797	(7)	-	(33)	2.757
IRRF-RFB	2.481	(4)	-	(490)	1.987
IRPJF-RFB	6.339	(195)	(5.415)	(729)	-
CSLLF-RFB	79	-	-	-	79
IRPJ-PGFN	3.983	(57)	(3.926)	-	-
CSLL-PGFN	1.372	(23)	(1.349)	-	-
IRPJF-PGFN	37	(7)	(20)	(10)	-
INSS-PGFN	238	-	(228)	(10)	-
Total Consolidado	34.340	(2.491)	(10.398)	(6.868)	14.043
Atualização monetária	-	-	-	-	3.099
Amortizações	-	-	-	-	(2.062)
Saldo em 31.12.2011	-	-	-	-	15.080

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

a) A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2011, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$7.067 – controladora e R\$8.732 – consolidado (31 de dezembro de 2010: R\$9.836 – controladora e R\$12.453 – consolidado). O montante constituído das provisões está sendo apresentado neste exercício líquido dos depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivo circulante				
Provisão para contingências	14.103	5.938	15.203	6.939
(-) Depósitos judiciais	(1.389)	(1.176)	(2.489)	(2.177)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	12.714	4.762	12.714	4.762

b) A Companhia pleiteia a manutenção de créditos sobre a aquisição de insumos tributados pelo IPI e utilizados para a industrialização de produtos com saídas não tributadas (NT), por meio de processo iniciado em setembro de 2001, que se encontra no Supremo Tribunal Federal, com decisão favorável, aguardando julgamento de recurso extraordinário interposto pela União. O valor desse crédito, atualizado para 31 de dezembro de 2011, é de R\$19.528 – controladora e consolidado (31 de dezembro de 2010: R\$18.421 – controladora e consolidado) e não está contabilizado, aguardando decisão final.

c) A Companhia também postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2011, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$29.649– controladora e consolidado (31 de dezembro de 2010: R\$28.480 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

d) A Companhia e a controlada, Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil (sucédida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando provimento parcial às suas pretensões, reduzindo o valor inicial de condenação para R\$17.737, e reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m., mais IGP-M, contados do ajuizamento da ação (março 2004). Ambas as partes interpuseram embargos de declaração.

A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.
